

Comentário do Gestor

Junho foi mais um mês de performance positiva dos ativos de risco, repetindo desempenho de maio, com dissipação dos riscos tarifários e perspectiva de mais cortes pelo Fed em 2025, dado inflação sob controle e mercado de trabalho mais frágil, ao mesmo tempo que o risco de recessão se esvaiu, antes cogitado pelos participantes do mercado. Petróleo continua em preços abaixo de US\$ 70/barril, mesmo após ataque americano ao Irã, refletindo a não-escalada do conflito, o que contribuiu para a redução dos riscos geopolíticos.

A curva americana de juros manteve trajetória de fechamento, com o vencimento de dois anos recuando 18 pontos-base (pbs), a 3,72%, devido à precificação de mais cortes de juros em 2025 e o de dez anos, fechando 17 pbs, a 4,23%. O mercado de renda-fixa apresentou performance mista: o CDS brasileiro fechou 13 pbs, para 149 pbs, e o *spread* dos títulos americanos de alto rendimento (*US High Yield*), terminou com forte fechamento, indo de 351 pbs para 318 pbs no final do mês. O DXY (Dólar Index - cesta de moedas contra o dólar americano) desvalorizou 2,5% no mês, seguindo trajeto do mês passado, e em linha com a valorização de 3,9% do euro.

Nos mercados acionários internacionais, o índice S&P 500 avançou 5,0% e o Nasdaq 6,6%, enquanto EuroStoxx teve leve recuo, revertendo parcialmente o trade de rotação de ativos americanos para europeus. O índice de volatilidade do S&P 500 (VIX) recuou de 18,57 para 16,73 em junho, refletindo movimento de redução de aversão a risco nos mercados. No Brasil, houve continuidade da melhora, com o Ibovespa avançando 1,3% e o BRL valorizando 5,1%.

Os ativos americanos tiveram performance positiva, após o mercado absorver a nova política tarifária e o novo pacote fiscal de Trump, que, mesmo com déficit nominal projetado bem negativo, acabou ficando próximo ao que o mercado esperava. O prazo final dado por Trump para as tarifas vence no dia 9 deste mês e mercado acredita em postergação, pelo fato de poucos países terem fechado acordo com Estados Unidos. Além disso, cenários de recessão foram praticamente descartados, respaldados por índices de confiança em recuperação após queda recente. O PIB, apesar de registrar -0,5% trimestre/trimestre anualizado (abaixo do consenso de -0,2%), veio acompanhado de forte elevação das importações, tanto pela política tarifária, como por uma demanda interna robusta.

Em relação à política monetária, membros do Fed têm sinalizado que podem começar a cortar juros já em setembro. Além disso, Trump vem cobrando publicamente cortes de juros e até mesmo apelidou Powell de “Too Late Powell”, e sugerindo ainda que ele teria que entregar o cargo. Os índices

inflacionários estão mais próximos da meta, com CPI a 2,4% a/a (núcleo 2,8% a/a) e PCE a 2,3% a/a (núcleo 2,7% a/a), leituras que vieram em linha com consenso. O mercado de trabalho mostra sinais de desaceleração, com vagas criadas abaixo de 150 mil por mês, e menor oferta de mão-de-obra, o que levou taxa de desemprego a 4,1% (mês anterior a 4,2%). Assim, FOMC manteve juros na decisão desse mês, mas seus participantes deixam em aberto possível corte já para setembro.

No cenário internacional, o euro continua sua trajetória de recuperação, consolidando-se como um destino alternativo investimentos, reduzindo a hegemonia americana de “porto seguro”. O PIB veio acima do esperado, 1,5% a/a no primeiro trimestre, enquanto o consenso era 1,2% a/a, a inflação continua a 2,0% a/a (núcleo 2,3% a/a), e o BCE cortou juros em 25 pbs, dando continuidade à flexibilização monetária. Em contraste, os Bancos Centrais da América Latina mantiveram ou elevaram, em sua maioria, suas taxas básicas de juros, como Chile (5,00%), Uruguai (9,25%), Costa Rica (4,00%), Peru (4,50%) e Colômbia (9,25%), exceto pelo México, que continuou trajeto de cortes em 50 pbs, levando o juro a 8,00%.

No Brasil, continuam os conflitos entre os poderes, com o Executivo enfraquecido e com baixa popularidade buscando estratégias para se reposicionar competitivamente para 2026. Após conflito com Congresso sobre o IOF, o Governo articula medidas populistas, incluindo a retomada da isenção de IR até R\$ 5 mil e projetos direcionados às classes mais baixas, como auxílio para entregadores e motoristas de aplicativos. Essas iniciativas podem comprometer o fiscal, que, por ora, vem surpreendendo o mercado, pela arrecadação acima das expectativas e despesas em linha. Além disso, Governo quer aprovar corte linear de 10% das isenções, com algumas exceções que podem até se tornar a regra, além da provável necessidade de cortes e/ou contingenciamentos de despesas. Essas duas medidas dependem do Congresso, que não parece tão afável com Governo, assim como não parece provável cortarem, por exemplo, uma parte das emendas parlamentares, ainda mais em ambiente desafiador considerando o distanciamento de partidos do Centrão com Executivo.

Em relação à atividade, o dinamismo continua forte, embora surjam alguns sinais de desaceleração, como produção industrial e mercado de trabalho mais fracos que o esperado, evidenciando efeitos da política monetária restritiva. O BC promoveu o que pode ter sido seu último aumento de juro, elevando a SELIC em 25 pbs, para 15,00%, com um comunicado considerado *hawkish*, sinalizando a manutenção do juro nos atuais níveis restritivos por período prolongado, e mantendo a porta aberta para futuras altas. A perspectiva de antecipação dos cortes de juro para 2025 depende de diversos fatores como: preços de energia mais baixos, melhora qualitativa dos índices de

inflação, Fed expansionista, desaceleração mais forte da atividade e eventual solução política que leve a corte de despesas e isenções fiscais.

Desempenho do fundo

O fundo teve rentabilidade de 2,18% no mês, ante CDI de 1,10%, com as maiores contribuições positivas para performance do fundo sendo as estratégias de Bonds Corporativos (1,28%), Bonds Soberanos (0,71%) e Caixa/Equivalentes de Caixa (0,24%). Nos últimos 12 meses, a cota do fundo valorizou 13,44%, contra um CDI de 12,13%, equivalente 111% do CDI ou CDI+1,17%. A volatilidade para esse mesmo período foi de 2,87%. O fundo está com sua *duration* consolidada em 6,20 anos e uma carteira de *bonds* com *yield* de 7,16% em dólares. As maiores posições do fundo são: Brasil (soberano), México (soberano), Usiminas, Cosan e Colômbia (soberano).



OBJETIVO DO FUNDO

O fundo Octante | FIF CIC CP prevê a aplicação de no mínimo 95% do seu PL nas cotas do Octante Master FIF Crédito Privado, que tem como objetivo buscar rendimentos superiores a 100% da variação do CDI no longo prazo, através do investimento em *bonds* corporativos e soberanos da América Latina, concentrado em Brasil, com proteção cambial.

HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

Retornos mensais	Fundo	CDI	%CDI
Desde o início	626,43%	328,11%	191%
Últimos 12 meses	13,44%	12,13%	111%
jun-25	2,09%	1,10%	190%
mai-25	1,78%	1,14%	156%
abr-25	0,12%	1,06%	11%
mar-25	0,58%	0,96%	60%
fev-25	1,57%	0,99%	159%
jan-25	2,04%	1,01%	202%
dez-24	-1,19%	0,93%	-
nov-24	0,77%	0,79%	97%
out-24	-0,02%	0,93%	-
set-24	1,64%	0,83%	198%
ago-24	1,87%	0,87%	215%
jul-24	1,46%	0,91%	160%

Retornos anuais	Fundo	CDI	%CDI
2025	8,45%	6,41%	132%
2024	8,74%	10,87%	80%
2023	13,35%	13,05%	102%
2022	14,54%	12,37%	118%
2021	4,34%	4,40%	99%
2020	9,20%	2,77%	332%
2019	19,12%	5,97%	320%
2018	10,12%	6,42%	158%
2017	15,70%	9,95%	158%
2016	37,90%	14,00%	271%
2015	4,25%	13,23%	32%
2014	13,98%	10,81%	129%
2013	2,79%	8,05%	35%
2012	17,40%	8,41%	207%
2011	17,15%	11,59%	148%
2010	14,38%	9,74%	148%
2009*	3,73%	4,64%	80%

*desde 17/06/2009

INFORMAÇÕES GERAIS

Investimento Mínimo	R\$ 5.000,00
Movimentação Mínima	R\$ 1.000,00
Taxa de Administração*	1,50% ao ano
Taxa de Performance	20% do que exceder 100% do CDI
Classificação Anbima	Multimercados Investimento no Exterior
Horário limite para aplicação	14:00 horas
Cota do Resgate	D+15 dias corridos
Pagamento do Resgate	D+2 da cotização
Banco	Itaú Unibanco (341)
Agência	8541
Conta	37445-3
CNPJ	09.577.092/0001-41
Favorecido	Octante Master FIF Crédito Privado
Gestor	Octante Gestão de Recursos Ltda
Administrador	INTRAG
Custodiante	Banco Itaú S.A.
Auditor	Deloitte
ISIN	BROCTACTF005

*Taxa de administração total de 1,50% a.a., sendo 1,00% a.a. incidente sobre os investimentos no Octante Crédito Privado FIF FIM IE, acrescido de 0,50% incidente sobre os investimentos do Octante Crédito Privado FIF FIM IE no Octante Crédito Privado Master FIM IE

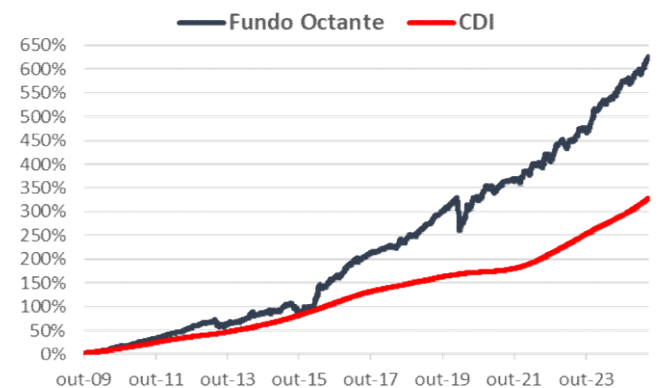
PÚBLICO ALVO

O fundo se destina a receber, exclusivamente, aplicações de investidores qualificados.

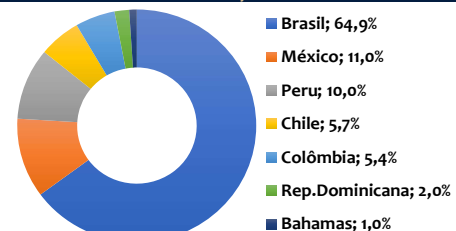
ESTATÍSTICAS DO FUNDO

% de Meses de Retorno Positivo	82,4%
% de Meses de Retorno Negativo	17,6%
Volatilidade no Mês (Anualizada)	1,08%
Volatilidade 12 Meses (Anualizada)	2,87%
Índice Sharpe 12 meses	0,46
Índice Sharpe 60 meses	0,78
Valor da Cota em 30 de Junho de 2025	7.276,93
PL em 30 de Junho de 2025	54.570.125
PL Médio (12 meses)	51.025.532
PL do Master em 30 de Junho de 2025	121.790.188
Yield da Carteira de Bonds em USD	7,16%
Duration Média Consolidada	6,20 anos

RENTABILIDADE HISTÓRICA

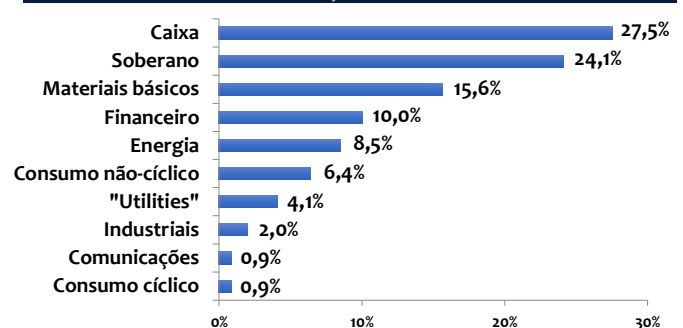


COMPOSIÇÃO POR PAÍS



Composição por país da carteira de bonds

COMPOSIÇÃO SETORIAL



As informações contidas nesse material são de caráter exclusivamente informativo. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do fundo garantidor de crédito - FGC. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura e a rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Não há garantia de que este fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo. Os fundos de crédito privado estão sujeitos a risco de perda substancial de seu patrimônio líquido em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrantes de sua carteira, inclusive por força de intervenção, liquidação, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial dos emissores responsáveis pelos ativos do Fundo.